
Pauta: Retomada da área indígena xokleng e kaingang, no Morro Santana

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h10min) Boa tarde a todos, é com muita satisfação que iniciamos, nesta tarde aqui, a nossa primeira reunião da CEDECONDH presencial, neste ano. Estamos trazendo uma pauta muito importante, através do nosso colega Ver. Pedro Ruas, que nós conversamos e trazemos para esta Casa, sendo sabedores do quanto é importante a nossa comunidade, o nosso povo estar participando de forma presencial. Já quero deixar dito aqui que a nossa reunião hoje trata-se da retomada da área indígena xokleng e kaingang, no Morro Santana. Os convidados são: o Conselho Indigenista Missionário, o Ministério Público Federal, o Movimento de Justiça e de Direitos Humanos, o Sr. Luciano Marcantônio, o assessor do Procurador do Município, o Sr. Antônio Ruas; o advogado Dailor Sartori Junior, a Funai, o DEMHAB, a Secretaria Municipal Social, a SMED, o Sr. Edegar Pretto, a Deputada Luciana Genro, Deputada Fernanda Melchionna, Deputado Matheus Gomes e o Deputado Valdeci Oliveira. Essa reunião de hoje será coordenada pelo Ver. Pedro Ruas, pela pauta desse tema ser trazido por ele e ter sido acordado com os demais vereadores para a gente poder se somar nesta tarde importante que pretendemos produzir da melhor forma possível. Passo os trabalhos ao meu colega Ver. Pedro Ruas. E é com todo o orgulho que recebemos esta comunidade aqui na nossa Casa.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Conselheiro Marcelo que preside a CEDECONDH. Meus caros colegas, Ver. Cassiá Carpes, Ver. Alexandre Bobadra, Ver. Alex Fraga, demais vereadores e vereadoras que compõem esta Comissão de Direitos Humanos, quero inicialmente agradecer a gentileza do ilustre Presidente me passar a coordenação dos trabalhos no dia de hoje. Eu queria fazer uma referência porque nós não tivemos, eu vi agora, todas as representações mencionadas, eu vou ver se eu consigo fazer aqui. Porque nós temos, por exemplo, pela Procuradoria-Geral do Município, nós temos duas representações, que é o Dr. Nelson Marisco e o Dr. Eduardo Henrique Alves Garcez. O senhor está pela SMED? Tem mais alguém da SMED aí? A colega

Patrícia da Silva Pereira está lá. Jair Krischke, que é o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o Dr. Pedro Nicolau que é Procurador da República e atua nesse processo no TRF4. Aqui à nossa esquerda estão pessoas que são diretamente vinculadas, são a causa dessa reunião nossa, como a cacica Iracema, uma líder, uma lutadora, uma guerreira. O advogado Dailor Sartori Júnior, advogado das comunidades, depois temos a Audineia. E nós temos um convidado muito especial que é Cristiano de Sousa, ele não é dessas duas nações, Presidente, ele é Mbyá Guarani e veio em solidariedade aos povos irmãos. Eu vi o Roberto, do Conselho Indigenista, está presente; está aí o Ver. Alvoní Medina. O nosso presidente não enxerga de perto, eu não enxergo de longe, então... Enfim, nós temos mais representantes das comunidades xokleng e kaingang, e me parece, Ver. Medina, que chega em boa hora, nós temos o professor Antônio Ruas, que é da UERGS, e que eu tenho orgulho de ser meu irmão. A gente vai fazendo referência aos poucos. Está presente o Dr. Garcez, que está representando a PGM. Nós vamos estabelecer, inicialmente... Os vereadores fiquem bem à vontade, já houve o registro das presenças. Quero dizer que nós faríamos primeiro falas de cinco minutos, eu vou alternando, para a gente situar bem o que é que nós temos, começando pela cacica, depois eu passo para o advogado, depois para dois do outro lado. O cacica Iracema está com a palavra. O que está havendo, o que a levou a ter o apoio de tantas entidades e essa mobilização que está ocorrendo aí, na capital dos gaúchos?

SRA. IRACEMA GÃH TÉ NASCIMENTO: (Saúda os componentes da Mesa demais presentes.) Agradeço essa oportunidade, meu amigo, faz anos que a gente está na luta, não é? Pois é. Eu precisei fazer isso para conhecer todo mundo. Eu não poderia ter feito, mas eu fiz. Não é por mim, é por meus netos, pela nossa continuação. Busquei espaço, a via legal de lei. Quarenta anos esperando espaço de moradia, espaço para a comunidade kaingang, xokleng, aqui em plena capital. Por quê? Porque aqui já era a nossa aldeia, a cidade que veio a nós. Na real, todo o espaço é nosso originalmente, mas, como envolve tanta coisa, a gente tem que acompanhar informação, educação e saúde.

Espaço para ter a minha casa de reza, para ter escola para os meus netos, tudo isso eu busquei pela lei há 40 anos. Mas nunca retornaram: a Funai, Prefeitura, governo do Estado. Sempre quando a gente precisa não estava na competência dessas duas. Eu sou liderança assim, meu modo de ver. Se o amigo, parente guarani, xokleng, charrua precisa de mim, quilômetros, eu estou lá, não importa que povo for, é uma vida que está ali, uma vida que está ali que eu tenho que apoiar como liderança, mesmo que não está (*sic*) nas minhas mãos, eu vou lá apoiar. No estatuto nosso, na Constituição, também diz o nosso direito, outra lei também diz que é nosso direito, que não é (*sic*) eu que escrevi. Por que é que na prática não tem esse direito, não tem esse direito para o meu povo? Dificultou, sim, tudo.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Um minuto, cacica. Depois eu vou retornar a palavra para a senhora, não se preocupe, é só para a abertura. A senhora tem um minuto, quer concluir?

SRA. IRACEMA GÃH TÉ NASCIMENTO: Então eu apelei para os meus amigos, apoio, e estou aqui, tem muito apoiador e eu corri. Eu fiquei também uns dias sem comer para defender a minha mãe terra, para ter espaço, para cuidar aquele mato e aqueles bichos que existem, contra a construtora! Ia ter onze prédios ali, vai valer a pena? Não, essas construções vão para lá para cair também, vocês não estão vendo nos outros lugares? Os morros estão caindo, a mãe terra está dando laço em nós. Vamos proteger, sou apenas mais uma voz dessa mãe. Quero retorno para mim, o meu direito, o direito do meu povo indígena, o direito do povo kaingang de estar ali, é para isso que a gente luta. Eu conto com cada um de vocês, o direito, na prática, para nós convivermos juntos, em paz e para amanhã vocês me visitarem, tomar chimarrão, comer nosso plantio de sementes, já colhemos feijão, já colhemos milho. Eu quero compartilhar com vocês e essa é a terra, é o que a mãe terra oferece para nós. Muito obrigada por esta oportunidade, não só para mim, minha neta está vendo a busca desde pequena, a luta pelos espaços.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, cacica Iracema. Fiz uma pequena inversão aqui, Dr. Júnior, passando para o Dr. Pedro Nicolau, procurador da República, que tem todas as condições, exatamente como procurador da República, de nos dar a sua visão sobre a essa questão que ocorre, neste momento, no Morro Santana, em Porto Alegre.

SR. PEDRO NICOLAU MOURA SACCO: Boa tarde a todos, agradeço o convite e parablenho os Srs. Vereadores por terem permitido essa oportunidade, porque é um assunto que não é só, digamos, um assunto indígena; obviamente é um assunto indígena, sobretudo, mas também afeta nosso bem viver na cidade de Porto Alegre, é um assunto que se espalha além da questão indígena também, por isso é importante estar aqui na Casa que trata da nossa cidade.

Quero muito rapidamente contextualizar um pouco o assunto, o porquê dessa ocupação no Morro Santana. Até o começo da década de 1980 – vou fazer um rápido apanhado histórico –, os kaingang que estavam lá no norte do Estado tinham uma dificuldade muito grande de sair das suas reservas, das suas áreas. Naquela época, até aquele momento, para sair de uma área indígena, no norte do Estado, a pessoa precisava de uma autorização, uma portaria autorizando o indígena a sair da área e ele tinha dias determinados para poder voltar. O indígena que saísse clandestinamente de uma área, ou que infringisse a sua previsão de saída, voltando atrasado para a área, esse indígena poderia ser – e normalmente era – severamente punido pela administração do posto. Essa prática acabou no começo da década de 1980, aí primeiro os indígenas puderam sair, e alguns grupos começaram a vir para Porto Alegre – lá no início, 1982, 1983 –, e é interessante, sintomático que uma boa parte tenta se colocar justamente no Morro Santana, há 40 anos; chegam lá, veem que aquilo ali é cercado, não podem mais ficar permanentemente no morro, se colocam nas vilas que estão na borda do morro, e diariamente adentram no morro pelos vãos das cercas para poder pegar material para fazer artesanato, para poder fazer ritual, para poder circular numa área que tem natureza, para poder ter contato e exercer o modo de ser kaingang na natureza naquele local. Por que aquele local? Por que o Morro Santana? Por que esses indígenas, que não tinham contato há

muito tempo com aquele local, vêm, no começo da década de 1980, quando puderam sair das áreas do norte, para aquele local ali no morro? Como pode falar a cacica Iracema, os antepassados, os avós, já contavam as histórias da presença kaingang naquele local e passavam isso para as pessoas, para os netos, para os filhos, para as gerações mais jovens, ou seja, não houve, digamos assim, um acaso na chegada deles e na colocação, em se colocarem naquele local. Havia já uma tradição oral entre eles de que aquele era um local sagrado, aquele era um local de permanência de trânsito também dos kaingang durante um tempo imemorial.

Os kaingang chegam ali, eles tentaram uma primeira ocupação permanente e foram repelidos, e agora, no ano passado, estão nessa segunda tentativa de ocupar. Eles só não ocuparam até hoje permanentemente essa área com a qual eles têm essa relação anímica, essa relação cultural que é imemorial, porque foram impedidos, sempre foram impedidos, de todas as maneiras, de poderem permanecer nessa área, mas eles permanecem com essa ligação, digamos, muito forte, cultural, anímica, espiritual com esse local. É interessante isso, não é? Normalmente, nós, ainda que gostemos muito de um determinado local, chegamos no local, somos repelidos, desistimos daquilo. Só que os indígenas, também está aqui um guarani Mbyá, que também é a mesma coisa, a mesma situação, eles ficam transitando, ficam ali tentando, porque eles têm uma relação, aquela área tem algo que está, digamos, presente na alma deles, eles querem ficar por ali. E aí a cacica, com a comunidade xokleng, está ali desde de outubro do ano passado. Houve, até hoje, digamos assim, um esbulho – que a gente chama – permanente, remitante, que os impediu de ocuparem permanentemente a área. A Constituição garante a posse, no caso, tradicional deles, uma posse que é, no caso, imemorial. Eles só não puderam ocupar porque foram impedidos, quando já estava em vigor a Constituição de 1988. Isso é um ganho também para a cidade, a qual os senhores cuidam, porque é uma área que tem uma grande qualidade ambiental, é uma área que será preservada. A garantia dos indígenas lá é a garantia de que essa área vai ficar preservada, que é uma área que tem nascentes importantes para cidade. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, procurador da República, Dr. Pedro Nicolau. Já passo, de imediato, ao Dr. Sartori Júnior, que é advogado, exatamente, tanto de uma nação como da outra, xokleng e kaingang, e tem também relação com Mbyá-Guarani.

SR. DAILOR SARTORI JÚNIOR: Obrigado, vereador. Boa tarde a todos e a todas. Agradeço, Sr. Presidente, pela abertura da comissão para a gente tratar o caso da retomada. Agradeço também muito a sensibilidade do Ver. Pedro Ruas em trazer o caso à nossa discussão aqui. Eu sou assessor jurídico da Fundação Luterana de Diaconia – FLD e do Conselho de Missão entre Povos Indígenas – Comin, prestamos assessoria na consolidação dos direitos territoriais indígenas, das comunidades da região sul, muitas vezes em parceria com o Cimi, representado pelo Roberto, que está aqui à mesa. É importante esse caso, porque, muitas vezes, a presença indígena, em contexto urbano, é invisibilizada, e a ocupação histórica, tradicional e também atual das comunidades indígenas nos morros de Porto Alegre é um tema que, obviamente, pela preservação ambiental, diz respeito também à sociedade porto-alegrense, então, é um tema de competência da Câmara Municipal e desta comissão. Então, é uma satisfação estar aqui, poder trazer os casos, as demandas da comunidade.

Apenas algumas poucas informações: a retomada foi realizada dia 18 de outubro do ano passado, em seguida, já houve o ingresso de uma ação de reintegração de posse; na comunidade, já houve a reivindicação de demarcação pela via tradicional, pelo art. 231 da Constituição, isso foi em 2008, sendo a primeira reivindicação formal feita pela comunidade à Funai, o processo não tramitou até então, ele está pendente na diretoria competente da Funai em Brasília para a constituição de grupo técnico ou não. Então, há uma mora gigantesca do Estado brasileiro em dar uma resposta a essa e a várias comunidades indígenas aqui do Rio Grande do Sul, sobretudo.

O processo já tem uma liminar de integração de posse válida, então, é por isso que a situação é um tanto dramática, tanto ao atendimento aos direitos básicos da comunidade de saúde, educação, assistência social, no local em que se encontra, que identificam como tradicional, mas também o despejo iminente em

que a comunidade precisa lidar com essa expectativa. Foi feito uma indicação, no processo, de que o caso seria levado à mediação ao órgão de resolução de conflitos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Hoje, a criação é uma determinação do STF, o contexto da DPF nº 828, contra os despejos na pandemia. Então, essa é a expectativa da comunidade neste momento. Já há toda uma relação tradicional estabelecida na área. Como a cacica comentou, já há a colheita de feijão, de milho, uma interação com a sociedade, mesmo assim, há a expectativa do cumprimento dessa liminar. Todo o despejo, por mais que haja uma ordem judicial, ele é um potencial velador dos direitos humanos, então, nós precisamos nos atentar contra isso também.

Mais uma vez, eu agradeço, fico à disposição para prestar esclarecimentos sobre a parte mais jurídico que nós tratamos, mas os protagonistas da luta e do próprio futuro é a comunidade indígena, então, seria importante que elas também expusessem as suas demandas e as suas dificuldades no local, para que a comissão possa ter um panorama mais geral. Muito obrigado, por enquanto.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado. Nós tivemos a honra, nessa última visita à comunidade contar com a presença do Dr. Roberto Rocha, que é o procurador-geral do Município, foi inclusive com o assessor Luciano Marcantônio. E foi muito importante a presença, para nós não só motivo de alegria, mas também foi muito útil. E o senhor representa hoje, aqui, a Procuradoria-Geral do Município. Então, é importante eu lhe passar a palavra, por favor. Antes, gostaria de fazer um registro: a Dra. Leonora Tonetto, eu conversei na entrada com ela, ela representa o DEMHAB aqui, presidente. Ontem, falei com o André Machado pelo telefone, que está em férias, e ele me disse que a senhora estaria aqui, então, muito bem-vinda. Nós temos limite de lugares à mesa aqui, mas sinta-se também, obviamente, o DEMHAB, participando aqui da Mesa. Está presente também a Simone Azambuja, da Agapan. Muito obrigado, sinta-se também parte da Mesa. O Sr. Nelson está com a palavra.

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Ver. Pedro Ruas, os demais vereadores, representantes da comunidade indígena, colegas da Prefeitura, membros do Ministério Público e demais pessoas aqui presentes. O Município de Porto Alegre, no que toca especialmente à Procuradoria-geral do Município, visa, é claro, resguardar os direitos estabelecidos na Constituição Federal, especialmente no que tange à proteção do interesse do Município, do interesse local. Nesse caso aqui, que fique claro que o Município em nada tem a ver com a empresa proprietária do bem, que eu não sei nem se está aqui hoje representada...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Foi convidada, mas não compareceu.

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Se foi convidada, não sei. Então, o Município, no caso a Procuradoria, visa apenas resguardar a segurança jurídica dos atos administrativos que são praticados pelos servidores públicos, pela administração pública.

Eu tenho ciência, e isso apenas a título informativo, nada mais, da tramitação, em 2012, 2013, de um processo de construção das unidades habitacionais no local, o chamado Estudo de Viabilidade Urbanística, que tramitou, na época, nas SMAMS. Infelizmente, pelos registros que eu possuo, não constou nenhum registro como sendo de área indígena. Isso eu acredito que seria a cargo especialmente da SMAMS, que trata do meio ambiente, mas, infelizmente, nada constou no Estudo de Viabilidade Urbanística que existe sobre a área. Eu creio que até não houve um maior avanço sobre isso, mas é claro que nada impede que o proprietário da área, no caso a empresa, queira efetivamente construir. Eu acho que é importante, muito importante, concordo plenamente com o que o colega do Ministério Público Federal falou da necessidade de proteção ambiental, aquela área realmente é uma área qualificada ambientalmente do Município de Porto Alegre, só quem esteve lá e andou por lá sabe o que é a natureza, as nascentes que lá existem. Então, nós, aqui, representantes do Município, estamos à disposição para que os direitos sejam estabelecidos, sejam respeitados e para preservar a legalidade dos atos administrativos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado pela manifestação. Já agradeço a presença. Acho que o Roberto, do Cimi, pode nos dar o relato também da importância dessa retomada ali no morro Santana, especificamente a do morro Santana. Enquanto o senhor falava, procurador do Município, eu lembrava que eu cheguei a ver as nascentes, porque os indígenas, os povos originários bebem aquela água. E também pude ver a colheita tanto do milho, quanto do feijão. Então, por favor, Roberto, do Cimi, está com a palavra.

SR. ROBERTO ANTONIO LIEBGOTT: Obrigado, Ver. Pedro Ruas. Agradeço aos demais vereadores, procurador da República, demais amigos aí de longas jornadas. Eu tenho 58 anos, em 1988 eu tinha 24 anos e foi quando nós começamos uma militância pela garantia de direitos indígenas na Constituição Federal. E foi aí que eu tomei contato pela primeira vez, em 1988, com comunidades indígenas em Porto Alegre. Eu era estudante de filosofia, estava me formando em filosofia, e a gente fez esse trabalho exatamente pensando em assegurar a essas comunidades os direitos indígenas. Então, nós visitamos vários núcleos indígenas em Porto Alegre. E as pessoas ficavam abismadas: “Mas o que é que os índios estão fazendo em Porto Alegre?” Aí a minha primeira consideração: a cidade não é um privilégio nosso, não é um privilégio dos brancos. A cidade é que se assentou sobre o lugar de origem das comunidades indígenas. Hoje, por exemplo, a comunidade mbya guarani, do Lami, luta incessantemente para ficar no lugar onde ele sempre estiveram. E assim outras comunidades. Em 2004, nós tivemos uma audiência, aqui nesta Casa, quando nós tratamos da retomada do morro do Osso, aqui no bairro Tristeza, pelos kaingang. E aqui, na época, também foi uma celeuma, uma disputa: “O que esses índios estão fazendo aqui? No bairro Tristeza, no morro do Osso?” Inclusive acusavam os apoiadores dos indígenas de estarem manipulando índios para ocuparem terras no mundo urbano. Então, o mundo urbano não é um privilégio nosso; eles têm direitos sobre esse espaço, porque eles são os originários filhos desse território. Então, essa é a primeira consideração.

A segunda consideração, mesmo que a gente ache que a cidade é privilégio nosso, o fato de eles estarem aqui, há tanto tempo, lutando por esse espaço,

eles já têm um direito adquirido a esses espaços. Mesmo que a gente negue o direito que está na Constituição, mas eles estão aqui há tantos anos, e eu conheço a Dona Iracema há muitos anos, e ela é uma lutadora por espaços de terras aqui nos núcleos urbanos. E nós temos 36 áreas indígenas, sem contar os quilombolas, aqui no entorno de Porto Alegre, dentro de Porto Alegre, São Leopoldo, Lajeado, Estrela, Bento Gonçalves, Farroupilha, são 36 comunidades indígenas. Então, é espaço originário desses povos. Então, eles têm já um direito adquirido, e nós temos tratado disso, têm direito adquirido à terra; têm direito adquirido a lugares de comercialização e produção de seus produtos; têm direito a uma educação diferenciada; têm direito a uma assistência diferenciada; e têm direito – por que não? – à demarcação de terra indígena.

O terceiro ponto para concluir, a Constituição Federal diz que aos indígenas cabe o direito à demarcação de suas terras tradicionais, porque elas são consideradas os direitos originários. Esses direitos originários são inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis, ou seja, eles têm um direito anterior ao nosso e eles têm um direito que não se acaba lá na frente, portanto o direito deles não se acabou hoje, nem começou hoje. Então, a luta dessa comunidade é uma luta justa, e é por causa dela e com ela, com essa comunidade, que nós seguiremos lutando. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Roberto. O Sr. Jair Krischke, que preside o movimento de Justiça e Direitos Humanos e esteve algumas vezes já na área do Morro Santana, está com a palavra.

SR. JAIR KRISCHKE: Boa tarde, Srs. Vereadores, meus colegas de Mesa, e todos que aqui fazem presença, na pessoa do Ver. Pedro Ruas, eu quero reconhecer a sensibilidade que esta Casa tem ao receber estes nossos irmãos e a sua causa. Lembrava o Roberto aqui, já estivemos, há tanto tempo, tratando lá do Morro do Osso. Eu quero chamar atenção, senhores, que esta é uma causa de direitos humanos, não é de assistência social. Nada contra a assistência social, acho que deve existir, mas aqui traz direitos humanos, o direito a sobreviver, é o básico dos direitos humanos sobreviver. Dizia o Roberto: “Os

direitos originários”, que é o primeiro fundamento dos direitos humanos. Então, essas pessoas estão aqui reivindicando justiça, não estão reivindicando um favor – justiça –, e como é difícil, e o pleito é legítimo. O nosso Procurador federal, Dr. Pedro, chamava a atenção à questão ambiental, e eu acho, Dr. Pedro, que aquele local tem uma simbologia importantíssima. Ali está uma área de preservação, reconhecida por todos, cuidada pelos nossos irmãos índios. E ali, mais acima, tem uma cratera, que foi uma pedreira, uma agressão brutal à natureza, então ali está destacadamente como se trata o meio ambiente. Nós, os homens brancos, civilizados, produzimos aquela cratera, e ali ela está simbolicamente; e eles cuidam do meio ambiente. Então, meus caros vereadores, acho que diferentemente da questão do Morro do Osso, acho que, desta vez, não vamos ser derrotados. A empresa proprietária da área é uma empresa inidônea, faliu, causou prejuízos ao público. Pois bem, essa empresa inidônea...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tem uma dívida com a União... tributária.

SR. JAIR KRISCHKE: Exatamente, é brutal, porque ela é sonegadora, e é inidônea porque é sonegadora e uma série de coisas. Mas essa empresa, então faliu, essa área foi tomada como garantia do ressarcimento, então ali disponível pelo Banco Central, tudo certo. Só que a ação prescreveu, Ver. Pedro Ruas – prescreveu! –, e quem é o responsável? É o Estado! É o Estado, que não foi atendo, permitiu que prescrevesse. Então, esse Estado, que viola os direitos humanos de todos nós – eu sempre digo que o grande violador dos direitos humanos no Brasil é o Estado. Quando eu falo Estado, eu falo em União federal, os estados federados, os municípios, os grandes violadores dos direitos humanos, especialmente dos povos indígenas, que absolutamente são as vítimas. Com dois neurônios se resolve esse problema, são vítimas, permanentemente vítimas. Diz a cacica, com muita propriedade: “A lei nos garante”, mas, na prática não acontece. Então, essa presença aqui, meus caros vereadores, também tem o sentido de cobrar da Prefeitura Municipal aquilo que é dever. Essas pessoas não são indigentes, não querem assistência social, eles

querem que a lei seja cumprida, que as responsabilidades sejam assumidas por quem de direito. No caso desta retomada, o Município tem obrigações. O ensino com a educação, com a saúde e com a habitação. Basicamente tem esse dever. Não é favor; é dever.

Então, que esta presença aqui, Ver; Pedro Ruas, de novo agradeço a sua iniciativa, realmente surta efeito. Não vamos, de novo, como aconteceu no Morro do Osso, fazer de conta que a gente faz, mas acaba não fazendo. Era isso que eu precisava consignar hoje. Muito obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Sr. Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Depois vou passar a palavra tanto a SMED quanto ao DEMHAB, porque há uma reivindicação de um professor bilíngue para as crianças e aí tem a ver com a SME; e há uma reivindicação também, mas são poucas, das chamadas Casas Ecológicas. Antes disso, o Ver. Alexandre Bobadra quer fazer uma intervenção.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Boa tarde a todos os presentes, autoridades. Quero fazer um rápido Pedido de Informações para vocês, para agilizar. Notei que o Morro Santana fica a 28 minutos, a 13 quilômetros de distância. É uma área central praticamente. Eu gostaria de saber o tamanho da área que está sendo reivindicada; quero saber quantos indígenas estão lá no momento e quando foram para lá; também quero saber se existe alguma ação judicial, se tem algum empreendimento a ser construído, ou com pedido de autorização; e se essa área é de Porto Alegre ou é da União. São as informações que eu gostaria de saber para poder emitir um juízo de valor com mais detalhamento. Pode ser?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Uma parte das perguntas, Ver. Bobadra, perguntas importantes, eu posso responder, mas nem todas, porque estive lá algumas vezes, então, sei. Por exemplo, não posso responder o tamanho da área, porém, são 60 pessoas aproximadamente, obviamente todos indígenas, estão todos lá. Há homens, mulheres, crianças, idosos. São duas nações,

xokleng e kaingang. Não sei se aquela área já pertence à União, mas, pelo nível do débito tributário da empresa Maisonnave Incorporações, seja no âmbito municipal, estadual e federal, é muito provável que ela termine com a União, não fosse esse debate aqui dos povos originários. Pela legislação vigente, é provável que terminasse aquela área com a União, por quê? Porque o crédito dela é prioritário em relação ao Estado e ao Município, mas ela tem débito com o Estado e o Município também, mas o da União é prioritário. Consegui responder alguma coisa, mas não tudo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não é mais?

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: (Início do pronunciamento fora do microfone.) ...receber a proporcionalidade e seu crédito com base no valor a receber.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ótimo, aprendo mais essa. É importante.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Tem muita coisa na internet. “Morro Santana é o ponto mais alto do Município de Porto Alegre – é uma área extremamente nobre –, com 311 metros acima do nível do mar. É formado por rochas e ocupa uma área de aproximadamente mil hectares, dos quais 600 pertencem à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Então, mil hectares, 60% pertencem à UFRGS; 40% pertencem à Porto Alegre. O morro tem importância histórica por ter abrigado, em 1740, uma sentinela de propriedade de Jerônimo de Ornelas, o fundador da cidade de Porto Alegre.”

Entre outros dados, mas só para a gente saber que estamos falando de um alto valor econômico. É bom trazer esses números, para saber o quanto isso é importante para o Município de Porto Alegre, porque não pode ser uma audiência pública para inglês ver, para a gente fazer uma onda. Temos que chegar aos dados verídicos, ao mundo de verdade. Acho que o Município de Porto Alegre,

certamente, tem um interesse nessa área. Eu, como vereador do Município, além de ser responsável pela fiscalização dos órgãos do Município, fui eleito pelo povo de Porto Alegre, penso nos interesses do Município. Então, gostaria de saber dados, mais números, ter outros debates, para poder chegar a um consenso. Também pensar também na questão do impacto social desses 60 indígenas que lá estão. De repente, lá na frente, reservar uma parte da área para o povo indígena, um acordo, algo nesse sentido, intermediado, talvez, pela Câmara de Vereadores, podemos chegar nesse consenso. O que o senhor acha? Temo que pensar nisso. Avaliar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Agradeço as intervenções. Pelo que posso responder, Ver. Alexandre Bobadra, não há um interesse do Município em jogo ali. Não há esse debate.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra. Ele tem uma pergunta direta ao procurador do Município.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): A minha curiosidade, procurador, eu fui secretário de obras, é se naquela oportunidade, o amigo falou em 2013, o EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística estava definido por partes ou não tinha definição? O que o EVU dizia naquela oportunidade, sobre essa área? Essa é a minha pergunta.

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: O EVU tramitou no âmbito das secretarias municipais, especialmente por ser um projeto especial, porque se pretendia construir, tramitou na Cauge, passou pelo conselho do Plano do Diretor, foi aprovado e teve, inclusive, a chancela do prefeito municipal da época. Só que, vamos dizer assim, isso são dados técnicos do projeto, que talvez até estejam preclusos, realmente, precisam ser retomados. Eu até gostaria de ouvir meu colega sobre isso. Dr. Garcez, o senhor poderia falar um pouco sobre essa possibilidade?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Não, existiu ação judicial contra o Maisonnave e contra a pedreira Asmuz e a necessidade de restauração daquela situação lá da pedreira Asmuz.

SR. EDUARDO HENRIQUE ALVES GARCEZ: Boa tarde a todos os presentes. O EVU teve tramitação, pelo que consta ele está encerrado, mas há possibilidade de ser retomado. Como já disse o Dr. Marisco, não há informação se a terra é indígena ou não, mas, salvo engano, o EVU não adentra as questões de propriedade, é apenas a validação de um projeto que pode, no futuro, ser executado ou não. Mais algum esclarecimento que eu possa fazer?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Não, realmente ficou mais essa dúvida aqui, é uma área grande, e o EVU, para mim, ele sempre foi e é muito importante, define a viabilidade urbanística.

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Isso, certamente ele precisaria ser retomado.

SR. EDUARDO HENRIQUE ALVES GARCEZ: Exatamente, como eu disse, ele está encerrado. O EVU indica as condicionantes para um empreendimento que pode vir ou não a ser realizado.

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: Tem até um detalhe: geralmente, por conta desse estudo de viabilidade urbanística, como resultado se estabelece um termo de compromisso com as obrigações do empreendedor, de fazer restauração, compensação ambiental...

SR. EDUARDO HENRIQUE ALVES GARCEZ: Equipamentos públicos, escolas...

SR. NELSON NEMO FRANCHINI MARISCO: E isso não foi feito, parou e não continuou. Então, realmente, se for dada continuidade, pedido revalidação, vamos dizer assim, do EVU, tudo isso precisaria ser reconversado.

SR. EDUARDO HENRIQUE ALVES GARCEZ: Inclusive poderiam ser compatibilizados os interesses atuais.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Muito obrigado, como se vê, esse é um tema muito importante, por si só, Ver. Ruas, proponente, nosso presidente Marcelo, essas perguntas aqui são pertinentes para a gente entender um processo antigo. Se falou em 2012, em 2013, nós temos isso há mais de dez anos. Então, sem dúvida, isso é muito importante, mas como disseram os procuradores aqui, é um processo que pode, diante dessa reunião, buscar os seus caminhos naturais e um percurso de conhecimento e também de um novo EVU, de uma nova realidade. Obrigado pela presença e pela resposta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu gostaria de agradecer a presença do representante da SMED e também da representante do DEMHAB. Para SMED, uma pergunta bem singela, porque há uma preocupação, não é, cacica, em relação ao ensino das crianças ali. Já houve um caso, mais de um caso, de professor bilíngue naquela área ali. A SMED acha que isso é possível? Já tem antecedentes? Se faltou alguma coisa na minha pergunta, a senhora, por favor, depois complementa. Aliás, a senhora já complementa antes da resposta, por favor.

SRA. IRACEMA GÃ TÉ NASCIMENTO: Desde que nós entramos ali, reforçamos a educação bilíngue e outras também, como liderança e como buscador do povo, afirmando o nosso dialeto, porque o nosso jovem indígena, para entrar na faculdade, ele se obriga a fazer os outros dialetos: inglês, espanhol, essas coisas. Por que o dialeto indígena sempre foi negado? Essa pergunta é para mim mesma. Então, ali eu quero manter forte isso e compartilhando com os amigos que querem aprender o nosso dialeto, que é a

base. Assim como nós fomos obrigados a aprender falar português, espanhol, inglês, que seria mais outra disciplina do nosso País, que é tão lindo, misturado, que era o sonho do meu avô, que faleceu com 130 anos. Assim a gente para com a tal discriminação, porque quando nós íamos vender nosso artesanato, sempre a gente passava por essa discriminação. Também entendo pelo lado que eles não conhecerem nosso dialeto, e eu fui à luta para aprender falar português, não sabia falar nem o “a”, mas aprendi porque eu busquei. Então, como está escrito ali nos nossos direitos, foi escrito, mesmo como ser pessoas, também eu tenho esse direito – nós temos esse direito, como povos, e na busca espero que a educação caminhe junto; caminhe junto educação, saúde, praticarmos nossas rezas, do jeito do nosso dialeto kaingang.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado. O colega Claudio Franzen, representando a SMED, junto a Patrícia, está com a palavra.

SR. CLAUDIO FRANZEN: Boa tarde, vereadores, a todos presentes; cacica, é uma honra tê-la na minha frente, a gente se olhando olho no olho. Eu sou professor também de educação física, sou um religioso afro. A gente o quanto sofre a religião no nosso País, só abrindo um pouquinho o leque. Quando a senhora iniciou a sessão, fez uma reza – tenho certeza de que pediu muito axé, muita paz, muita sabedoria para todos que aqui estão. Eu acho que depois que a pandemia apareceu todos nós mudamos; nós, hoje, temos alguns valores diferentes. Eu acredito que a união de todos aqui é nesse propósito, tentar dar as mãos uns para os outros, e estou muito feliz de ver aqui siglas diferentes, raças diferentes, falando do mesmo assunto. E se a senhora notou, todos aqui estão indo para o viés da sua causa. A educação, não é Ver. Pedro, é a base de tudo. Se não plantarmos educação neste País e no mundo, nós nunca seremos nada. Eu pedi para a colega Patrícia estar comigo, porque ela é uma das que trabalha muito com a ordem dos indígenas, e já pedi uma colinha para ela de alguns fatos. E a gente sabe que no Município não tem escolas indígenas. Quem tem esse regimento é a Seduc, Secretaria da Educação do Estado. O por quê disso, também não sei! Temos que ver por quê? Mas existe 1,2%, vereadores

de aluno que se identificam como indígenas. Então, nós temos semanas culturais – esses temas são muito abordados dentro das escolas municipais, e nós estamos agora – eu entrei há 10 dias na secretaria – estamos tentando incluir alguns eixos diferentes, tanto no esporte, como na cultura, na tecnologia, e a gente está muito direcionado a buscar a história. Quem foi meu tataravô? Eu não sei, não me foi dito. Se a senhora não contar a sua história, quem vai saber? Ninguém. Fugindo um pouquinho de desapropriação de área, porque isso, acho que é com os procuradores e os *experts* nessa área, mas a gente está falando da educação. Então, a gente está dando uma abrangência muito grande, e gostaria muito da sua visita, de um representante lá, com a Patrícia – já vou lhe passar a palavra – para a gente poder ter isso, porque hoje não são só os indígenas, cacica; eu sou um professor LGBT, sei o que é o preconceito, porque quem olha não diz. Eu não sou negro, mas sou LGBT, e a senhora é índia. Nós todos aqui somos iguais, e por que tanta discriminação? Não é nesse governo, não é no governo antigo – como a senhora falou, que está há 40, 50 anos, lutando pelo seu direito. Eu acredito que chegou a hora, porque se os vereadores aqui propuseram uma audiência tão importante, e veio tanta gente – e aqui só tem gente importante, só tem gente de influência –, acredito que não foi em vão. Então, acho que vai dar certo. Eu queria passar para a Patrícia para ela dar uma ilustraçozinha.

SRA. PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA: Boa tarde; boa tarde, cacica. O nosso trabalho lá – estou na assessoria desde 2017, trabalhando com a temática de educação, direitos humanos e relações étnico-raciais, dentro da SMED. Então, são seis anos dentro da assessoria, mais 31 anos de magistério, e eu estava contando para ela, ali, que sou neta de kaingang da área de Bagé. A minha bisavó veio de Bagé, das aldeias kaingang. No ano passado nós fizemos uma compra bem interessante com o cacique Xunú, da aldeia Aldeia Tekoá Pindó Mirim, compramos material indígena, 1.500 peças para as nossas escolas – temos 98 escolas – e agora estava conversando com o secretário, estava lhe dizendo que as professoras estão reclamando que não foram cocares, foram brinquedos, chocalhos, e nós compramos nenhum cocar – secretário,

precisamos de cocares para as crianças. Eu não quero mais ver ninguém com cocar de papel. Temos uma colega que trabalha com o cacique Xunú, que tem uma escola de ensino fundamental e médio, que é do Estado. Eu já fui atrás – estava comentando isso com o secretário Franzen – do por que desse acordo de só o Estado ter escolas indígenas, e nós não? Acho que o Município também precisaria, principalmente porque somos muito próximos das aldeias da Lomba do Pinheiro e da Zona Sul, temos escolas próximas, atendemos 1,2% de alunos que se autodeclararam indígenas; talvez sejam mais, que não se declarem, assim como a gente também sabe que há uma subdeclaração das crianças negras, entre pretos e pardos. Então, acredito que esse é um acordo que a gente vai ter que buscar, saber de onde veio e por que é feito dessa forma? Mas temos garantido, no nosso Plano Municipal de Educação – e aí acho bem interessante a senhora nos procurar na assessoria, na SMED – que o nosso Plano Municipal de Educação de 2015, válido até 2024, garante que todas as temáticas, dos povos tradicionais, dos povos originários, eles têm que serem tratados primeiramente com as lideranças. As lideranças têm que serem ouvidas! Então, eu tenho buscado os que a gente vai conhecendo, como eu conheci o cacique Xunú e o Vera Poty, mas eu gostaria de poder conversar com mais lideranças, então, se a senhora me der esse privilégio de poder conversar com a senhora para a gente poder pensar nessas temáticas, e mesmo que a gente não consiga fazer uma escola específica indígena, mas que possa ter professores bilíngues dentro de uma escola nossa, municipal, que possa atender, ou que seja volante, eu vá nas escolas trabalhar com as temáticas indígenas, e vocês dentro das escolas, poder levá-los para dentro das escolas para que os nossos professores e os nossos alunos tenham o prazer e a honra de conhecê-los.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, professora Patrícia. Muito importante as colocações, professor Franzen, tanto do senhor quanto da professora. Acho que a cacica ficou bem satisfeita porque a possibilidade é muito grande de conseguirmos o que a senhora reivindicou, com muita razão. Quero ouvir também a representante do DEMHAB, Dra. Leonara Tonetto, porque há algumas reivindicações ali... Na verdade a área não é grande. Amanhã

saberemos isso. Não são muitas casas, e me falaram em casas ecológicas, mas ontem o André Machado me falou em emergenciais. Deve ter aí uma diferença técnica, e eu não sou engenheiro, não conheço a diferença, mas, enfim, seria necessário para enfrentar os rigores não só do outono que vem aí, mas do inverno, principalmente nesse período.

SRA. LEONARA TONETTO: Boa tarde a todos e todas. Sou assistente social do DEMHAB há 22 anos, diretora de projetos sociais e cooperativismo a convite do secretário André Machado, e nós estamos reestruturando todo o trabalho técnico-social dentro do DEMHAB. Este programa que atendia as famílias com casas de emergência foi descontinuado, nós não temos mais; nós não temos mais inclusive operários que pudessem estar manejando os materiais que a gente utilizava para a montagem das casas de emergência nos anos 2000, que foi quando ingressei no departamento. Hoje estamos estudando uma possibilidade de um programa para auxílio, com material de construção, com *kit* de materiais, e também existem alguns outros programas para que a gente possa buscar atendimento habitacional. Eu procurei no DEMHAB junto à diretoria de projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo se teria chegado para nós algum processo administrativo neste sentido. Este processo que existiu, do EVU, eu desconheço, a gente vai buscar se aproximar dessa demanda. A nossa diretora da DEAR desconhecia esse pleito de atendimento lá. O secretário André me encaminhou essa solicitação para eu viesse me aproximar da demanda e buscar mais informações como delimitação da área, número de famílias residentes lá. Se falou em 60, são 60 famílias ou titulares?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sessenta pessoas.

SRA. LEONARA TONETTO: Sessenta pessoas entre adultos, idosos e crianças, então é uma comunidade pequena. Teria que fazer uma aproximação dessas famílias para ver quais as necessidades que eles têm. A questão de habitabilidade tem que ser vista, e eu solicitaria que esta demanda então chegasse formalmente ao DEMHAB, um pouco mais especificada se possível,

para que a gente pudesse relacionar esses processos já existentes, e o próprio secretário André provocar essa discussão com outras secretarias, como a SMAMUS, que o colega disse que tem aí algumas informações a respeito, que a gente poderia estar reativando esse processo. Possivelmente esse Estudo de Viabilidade Urbanística de 2013/2014 precisaria ser revisto, a gente precisaria especialmente conhecer melhor esses familiares, daqui a pouco parceirizar até com a SMED, e ver ali, dentro do que a gente está buscando de recursos para habitação, de que maneira a gente pode estar dando um apoio para vocês, cacica. Eu e o DEMHAB estamos à disposição para compor uma alternativa.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Dra. Leonara Tonetto, pela sua disposição, pela disposição do secretário André Machado. De fato, que eu saiba não foi formalizado ainda porque há pouco falamos sobre o tema, foi na última visita, e eu acho que o Dr. Dailor Sartori Júnior poderia encaminhar junto ao DEMHAB esse pedido específico de material de construção.

SRA. LEONARA TONETTO: Nós estamos buscando uma forma de viabilizar isso, a gente não conseguiu colocar na rua esse programa por uma série de entraves, inclusive jurídicos. A ideia seria buscar formas de subsidiar a compra de materiais para fazer isso, mas não avançou. A gente não tem ainda um programa instaurado, mas a gente pode pensar em como resolve internamente.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Então mantém o requerimento. Na verdade, pessoal, essa questão do EVU salientada pelo Ver. Cassiá Carpes é bem importante, auxilia muitas coisas, é muito importante. O Ver. Alexandre Bobadra tinha um questionamento para fazer e vou lhe passar a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Estamos falando aqui da nossa Constituição Federal, e no art. 6º diz que pessoas têm direito à educação, saúde e segurança, e recentemente a gente teve algumas questões sobre a saúde dos indígenas. Eu gostaria de saber se foi chamada a secretaria de saúde para essa

reunião e como está sendo o atendimento da área de saúde para vocês, já que são 60 pessoas. A secretaria de saúde está atendendo vocês, tem posto de saúde, como está a situação?...

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A primeira pergunta eu respondo, nós encaminhamos o mesmo convite, mas até onde eu sei, não houve resposta, talvez por algum equívoco, ou não chegou direito o convite. Quanto ao convite é isso, a outra resposta tem que ser do Dr. Sartori Júnior ou da cacica, na questão da Saúde; atendimento de saúde. A pergunta é muito pertinente. Por quê? Porque a saúde dos indígenas, dos povos originários – e aqui está o Dr. Antônio Ruas e conhece bem o tema, também, e todos – ela é específica, tem questões que são muito específicas. Isso realmente faz enorme diferença e pode ser um diferencial entre vida e morte em muitos casos.

SRA. IRACEMA GÂH TÉ NASCIMENTO: Muito obrigada pela pergunta. Pois é, a Sesai apareceu só uma vez, mas eu pedi para o doutor fazer esse pedido; mesmo eu ligando, eles não atendiam a nós. Eu não sei por que também. E também com a troca de governo e tem aquela troca dos funcionários também, mas isso não é desculpa. Também esses dias eu chamei de novo, pelo telefone, e não me atenderam, porque lá a comunidade ainda não terminou as vacinas do Corona que já foi, faltam ainda mais duas doses para fazer isso e não apareceram. Mas o que está atendendo, nós lá, nesses dias que atendeu, é do posto do SUS, ali mesmo no Morro Santana. Eles foram lá visitar nós, ver a boca das crianças que têm alguns que têm que trocar os dentes, daí eles têm que estar acompanhando. E também tem o problema de saúde, tem pessoa que precisa de consulta, mas só que a secretaria que é o diferencial não está indo. Eu não sei porquê. Eu estou para vir ali também nesses dias, fazer a reunião, se é por causa dessas trocas, e ver o que está acontecendo, porque não estão indo. Precisamos sim da presença deles. Também convidei eles, Dr. Pedro, que tinha que vir nessa reunião, tanto para a Funai e tanto como a secretaria da diferencial, da Sesai, não vieram porque são desobedientes, os funcionários, eu acho, né, não são que nem aquelas pessoas que a gente pega para trabalhar e vai, não importa a lonjura que tiver, mas vai.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Esse órgão que a senhora falou, a Sesai, é estadual?

SRA. IRACEMA GÂH TÉ NASCIMENTO: Não, federal.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Tanto quanto a Funai. Sim, nós vamos tomar algumas providências. Respondido, Ver. Bobadra?

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Respondido e gostaria que constasse o nome dessa pessoa do governo federal que não atendeu aqui o chamado da nossa líder indígena, para que possamos oficial o governo federal, nesse sentido, para que tome as providências necessárias para atender, porque são 60 indígenas que precisam da atenção do governo federal.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): A Sesai, que se localiza... No Ministério da Saúde; não, mas aqui em Porto Alegre, o endereço, só a rua, ou o bairro. Então é no centro da cidade. Sesai, no centro da cidade, não atende. É isso.

SR. PEDRO NICOLAU MOURA SACCO: Rapidamente, a Sesai, que é esse órgão de saúde indígena, específica do Ministério da Saúde, tem uma parceria aqui em Porto Alegre, com a secretaria municipal de saúde. Porto Alegre é uma cidade pioneira que criou uma equipe de atendimento volante à saúde indígena e a Sesai participa dessa equipe com médico, normalmente vai uma dentista, nessa equipe volante. Eu vou oficial para a Secretaria Municipal de Saúde para que o volante também vá. Uma outra coisa, a questão das casas, a Funai normalmente tinha um tipo de casa emergencial, que se eles chamam de *kit casa*, que talvez para um efeito emergencial possa servir; eu posso oficial à Funai. O problema é que esses órgãos federais, agora no momento, estão nesse momento de transição, então na Funai, por exemplo, as chefias regionais, na Sesai também, ainda não foram nem nomeados. Então, às vezes, a gente fica um pouco inefetivo fazer o contato, mas eu vou fazer mesmo assim, porque ainda está com uma questão de mudança de chefias estaduais e regionais; tem esse problema também.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Os seus ofícios, com certeza, serão atendidos, e nós ficamos muito, muito agradecidos. Eu vou colocar a palavra à disposição. O Professor Antônio Ruas, quer fazer alguma observação?

SR. ANTÔNIO LEITE RUAS: Agradeço ao Ver. Pedro Ruas, meu prezadíssimo irmão, e cumprimento a todos os presentes, a cacica Iracema Gãh Té Nascimento, o nosso representante Cristiano, da comunidade mbya guarani de Camaquã, e dizer que é uma satisfação estar aqui. Eu estou representando a UERGS, que é a minha atividade atual, também sou professor, que nem nosso amigo aqui que falou brilhantemente, me solidarizo com as tuas palavras, e até pouco tempo eu também era sanitarista, na Secretaria Estadual Saúde, e me dedicava mais, especificamente à saúde indígena. Então esse é um tema que o vereador mencionou aqui que eu poderia dizer alguma coisa, e, realmente, é obrigação, está na constituição brasileira, está na Lei nº 8.080, a lei fundadora do SUS, que os povos indígenas têm direito ao sistema indígena que foi chamado na Lei Arouca, de 2000, de subsistema. Na verdade, é um sistema integral, um sistema de saúde indígena e eles têm direito a ter o atendimento, de acordo com a sua cultura, especializado e também levando em conta cada cultura de cada um dos 200 e poucos povos indígenas que existem no Brasil. É fundamental que sejam referenciados ou a um, chamado, polo base que é a unidade específica da saúde indígena ou, não havendo, que nem o Dr. Pedro falou, eles têm que ser referenciados a uma equipe que represente a saúde indígena que no caso, agora, é administrado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, Sesai, que substituiu a Funasa na questão da saúde indígena. Outro ponto fundamental, para concluir, é que tem direito também a ter agentes indígenas: um agente de saúde indígena e um agente de saneamento. Isso também é obrigação e seria fundamental que na comunidade da kuiã Iracema nós tivéssemos também, porque vai ser a pessoa que vai fazer a ligação, então, com o sistema de saúde. Eu fico à disposição para ajudar nessas questões todas no que for possível e agradeço pela oportunidade, estamos solidários, cacique kuiã Iracema, e vamos até o fim com esta luta. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado professor Antônio. Quando eu falei antes, Ver. Cassiá, que levantou a questão do EVU, nós vamos procurar mais informações também nestes ofícios que o Procurador da República encaminha.

Quero agradecer a presença de cada uma, de cada um, de todas, todos e todes, de todas as pessoas que, de alguma maneira, valorizaram o tema. Começo agradecendo a CEDECONDH na pessoa do presidente, Ver. Conselheiro Marcelo, na pessoa do Ver. Cassiá Carpes, na pessoa do Ver. Alexandre Bobadra, na pessoa do Ver. Prof. Alex Fraga, na pessoa de todos os vereadores e vereadoras que compõem a Comissão porque me deram a honra de coordenar, na verdade, de presidir a reunião de hoje e foi uma decisão unanime desses meus colegas. Eu fico muito agradecido, Ver. Cassiá Carpes, e às pessoas que se manifestaram aqui, nós vamos tomar essas providências. Vejam só, a professora Patrícia tem origem de uma nação indígena, de Bagé. Isso é importante, Comandante Jair, porque é uma identidade, nós temos essa identidade, mas acima de tudo, o conjunto de pessoas que está aqui, desde a comissão até quem veio e já teve que sair talvez, tem esse compromisso.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Só para aproveitar, nós estamos com o presidente novo que é o Ver. Conselheiro Marcelo, uma pessoa extraordinária, jovem, nós todos que somos mais experientes na Casa, estamos dando força, trazemos aqui conhecimento, mas estamos com ele também aprendendo. Nós tínhamos de praxe, nesses dois últimos anos que fui presidente, que o proponente tinha preferência de comandar a reunião, como fizemos hoje aqui com o amigo Ruas.

Eu insisto no EVU pela experiência que eu tenho, o EVU é tipo uma autorização: é sim ou é não, lá está escrito. Só pode se fazer uma obra se tiver estudo de viabilidade urbanística, EVU. Então, diante disso, de tantas reivindicações aqui, para concluir, precisamos deixar claro aqui o que vamos solicitar ou pedir informações para cada secretaria que aqui falamos. Agradecemos a presença do nosso novo adjunto, Franzen, já sei que está trabalhando bem, e nós ficamos com esses documentos, isso não impede que, por exemplo, ao DEMHAB que

falou que vai ter conhecimento do EVU, não tem problema. Dra. Leonora, obrigado pela presença. É importante nós termos aqui na Comissão para referendar tudo que vocês falaram e que nós falamos estes documentos que aqui foram citados e colocados na ata. As cópias taquigráficas são muito importantes para vocês e para nós, por isso sempre contamos com as funcionárias atenciosas que, desde já, agradeço a todos. Como disse o Ver. Pedro Ruas, todos vereadores deram a contribuição, não somos contra, ao contrário, precisamos entender e ajudar vocês esse é o nosso caminho. Obrigado.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado pelas palavras.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Agradeço pelas palavras, como o Ver. Cassiá Carpes disse, chegando agora, um jovem, mas com o acolhimento de todos os colegas onde tenho conversado muito, aprendido muito. Professor Franzen, fico muito feliz pela sua vinda na Secretaria de Educação, estamos ganhando muito. E também esta minha missão nesta Casa, já conversamos, vereador, o quanto é importante esta Comissão na vida de todos, porque a sua luta, cacica, é a nossa luta. Eu principalmente 20 anos garantindo os direitos das crianças e dos adolescentes como conselheiro tutelar aqui da capital, de Porto Alegre, em que trabalhei na região Humaitá, na região das ilhas. Agora, vocês veem, eu estou estendendo a garantia desses direitos para o nosso povo, para toda a população. Então nós conversamos muito na nossa comissão e eu fiquei muito feliz quando o Ver. Pedro Ruas – quero aprender muito com ele e com os demais vereadores – pediu e colocou e nós prontamente colocamos: “Não, Pedro, por exemplo contigo, é um tema que o senhor é sabedor, assim como também terá temas em que o Prof. Alex, o Bobadra, o Cassiá também e nós vamos ter a liberdade de poder para dar mais qualidade. Isso aí é uma questão pessoal, não, é para dar mais qualidade para os nossos atendimentos e dar mais qualidade para os nossos encaminhamentos em que todos estão. Então é dessa forma que nós vamos trabalhar na minha presidência, recebendo a todos e sempre trabalhando na garantia. Porque esse é o nosso papel, é

trabalhar para o bem comum de todos cidadãos da cidade de Porto Alegre. Então quero agradecer, Pedro, por essa oportunidade de, na minha primeira reunião da CEDECONDH em ter uma missão essa e poder estar presente aqui com esse tema tão importante que eu cresci na escola aprendendo o quanto é importante essa questão nossa, das nossas origens. Então agradeço a todos.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Ver. Presidente. A Sra. a Simone Azambuja.

SRA. SIMONE AZAMBUJA: Em primeiro lugar, boa-tarde a todos os presentes à Mesa. Eu queria agradecer à minha professora cacica Iracema, que me deu aula na disciplina Encontro de Saberes, na UFRGS, disciplina em que grãos de diferentes culturas dão aula a estudantes.

Uma das coisas que se falou aqui e que eu acho que é importante é a questão de haver uma contrapartida dos responsáveis pela Pedreira Asmuz e também da antiga Construtora Maisonnave. Eu acho que toda essa problemática poderia servir como contrapartida de auxílio à comunidade indígena do Morro Santana, porque a gente sabe dos prejuízos que esses diferentes grupos causaram. Então eu acho que uma das formas de se reverter essa questão seria a contrapartida do que esses grupos fizeram em relação ao grupo indígena em retomada do grupo kaingang e xokleng no Morro Santana.

Outra questão que eu estava me lembrando agora é que a Agapan vai participar da discussão do plano Diretor agora nos dias 6, 7 e 8. Quer dizer, nós temos uma grande discussão da cidade que queremos agora nos dias 6, 7, e 8 da semana que vem em diferentes eixos temáticos, o que inclui também as comunidades indígenas e quilombolas da cidade de Porto Alegre. Eu acho que uma das reivindicações que poderia partir não só daqui, mas com certeza, vai partir vai partir de nós e de outros grupos dentro do Plano Diretor, é o aumento do território indígena de Porto Alegre para as comunidades indígenas. E outra questão que eu penso também é a quantidade de imóveis que a Prefeitura tem e que não são utilizados e que poderiam ser, quem sabe, doados para estudantes indígenas em Porto Alegre, não é? Porque essa ausência de política

pública mais direcionada para os indígenas é extremamente importante no momento em que que gente está vivendo atualmente no País. Então, terminando essa questão, eu acho que ainda temos áreas públicas na cidade de Porto Alegre e acho que o Plano Diretor pode pensar, talvez, em aumentar os territórios indígenas, já que eles são os verdadeiros donos deste País, a gente sabe disso. Eles estavam muito antes de nós; antes dos nossos ancestrais eles já estavam aqui. Então é dar valor à ancestralidade e a toda cosmologia indígena porque a gente tem muito a aprender com as comunidades indígenas. Então é isso o que eu queria colocar.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Simone Azambuja, transmita o nosso abraço à direção da Agapan. Eu, diante do horário que nós temos e do tema que foi tratado, nós teremos encaminhamentos que foram, mais ou menos, já esboçados aqui e certamente que levaremos, Dailor Sartori Júnior, cacica Iracema, Roberto, Dr. Pedro Nicolau, comandante Jair Krischke, que, aliás, está pedindo a palavra, por favor.

SR. JAIR KRISCHKE: Só para que eu possa entender bem, o Dr. Sartori irá officiar ao DEMHAB com as informações que foram solicitadas, mas e a SMED. A cacica terá de ir à SMED ou a SMED vai lá?

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): É uma boa pergunta. Eu a transfiro ao professor Claudio Franzen.

SR. CLAUDIO FRANZEN: Eu acho que eu e a Patrícia gostaríamos de ir lá, não é cacica? Eu acho que é mais bacana. A SMED é só um prédio.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Perfeito. Respondida a pergunta, Jair.? Temos ofícios do Dr. Pedro Nicolau. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h39min.)